

**Autoritarismo e Militares: uma análise da revista  
A Defesa Nacional na década de 1930**

Fernanda de Santos Nascimento\*

**Resumo:** O objetivo deste artigo é analisar a influência do pensamento autoritário entre os militares durante a década de 1930, buscando evidenciar que o apoio do Exército ao golpe do Estado Novo tem também relação com a crença comum – de militares e intelectuais - na falência do liberalismo e na necessidade de se instituir um projeto nacional de acordo com a realidade brasileira. Tais falas serão encontradas principalmente em artigos publicados pela revista *A Defesa Nacional* durante a década de 1930. Tal ocorrência demonstra a influência, entre os militares, das idéias relacionadas ao autoritarismo, corrente intelectual que se desenvolveu no Brasil entre os anos de 1920 e 1940.

**Palavras Chave:** Militares, Exército Brasileiro, Defesa Nacional

**Abstract:** The present paper is focused on analysis the influence of the authoritarianism thoughts among military during 1930's. Trying to show aspects of army support to New State stroke, has relations with commom idea – of military and intellectuals- about liberalism fall so as the need of a national project based in brazillian reality. Those words will be told mostly in articles published by National Defense magazine, between military , that shows ideias allied to authoritarianism, and intellectuals ideas developed in Brazil between 1920 to 1940.

**Key words:** National Defense, Brazilian Army, military

Em 1934 Pedro Aurélio de Góes Monteiro ao ser convidado a ocupar a pasta de Guerra do então Governo Provisório, elaborou um relatório sobre os problemas e as necessidades do Exército Brasileiro. Em um ensaio anexo, o general não se furtou em tecer algumas considerações sobre os problemas brasileiros relacionados à economia e a política. As considerações contidas neste documento – relacionadas principalmente a falência do liberalismo como sistema político e a necessidade de um estado forte - serão encontradas na fala de outros militares também em artigos publicados pela revista *A Defesa Nacional* entre 1936 e 1938 e em documentos assinados pelo General Eurico Dutra. Tal ocorrência demonstra a influência, entre os militares, das idéias relacionadas ao autoritarismo e ao nacionalismo, corrente intelectual que se desenvolveu no Brasil entre os anos de 1920 e 1940. Tal corrente teve como um dos principais articuladores Alberto Torres, ainda no interregno da tumultuada década de 1910, bem como seus seguidores durante a década de 1920 e 1930: Oliveira Viana, Azevedo Amaral e Francisco Campos. Tais intelectuais foram responsáveis

---

\* Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul. Bolsista do programa do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). Trabalho orientado pela Dra. Janete Abrão.

pela construção de um pensamento político que influenciou poderosos homens da política e militares e acabou por ser o arcabouço intelectual no qual se legitimou o golpe do Estado Novo, em 1937. O objetivo deste artigo é, portanto, analisar a influência deste pensamento entre os militares sugerindo que o apoio do Exército ao golpe do Estado Novo tem também relação com a crença comum na falência do liberalismo e na necessidade de se instituir um projeto nacional de acordo com a realidade brasileira.

No referido relatório Góes Monteiro faz uma alusão ao movimento constitucionalista paulista como uma resistência ao projeto de *“uma nova e sólida organização do Estado”* levando o governo provisório a necessidade de recorrer ao *“processo clássico do liberalismo moribundo, convocando a reunião de uma Assembléia Constituinte”*. Atribui a reuniões desta natureza resultados medíocres e a sua existência mantém *“os vícios e as ligações do passado”* em clara alusão aos procedimentos dos governos da primeira república.<sup>1</sup>

Em relatório do Ministério da Guerra apresentado em 1935 ao presidente Getúlio Vargas, Góes admite que *“a prática do regime político que adotamos e que tem o seu prestígio devido ao erro de haver sido entregue o bastão da soberania a uma multidão composta, em sua maioria, de indivíduos falhos de educação racional, tem facilitado os males de que nos queixamos”*.<sup>2</sup> Nesta frase fica claro o seu ceticismo em relação ao regime democrático e, principalmente, ao sufrágio universal adotado pela Constituição de 1934.

Tais críticas também serão encontradas nas páginas da revista A Defesa Nacional. Esta revista foi fundada em 1913 pelo grupo de militares então denominados Jovens Turcos.<sup>3</sup> Este grupo tinha como objetivo tornar o Exército uma instituição profissional, através do estudo de problemas de natureza militar. Este pensamento opunha-se de forma radical ao movimento humanista observado nas escolas militares do Brasil. O grupo inicial era composto pelos militares Estevão Leitão de Carvalho, Bertholdo Klinger, Epaminondas de Lima e Silva, José Pompeo Cavalcanti de Albuquerque, Jorge Pinheiro, Amaro de Azambuja Vila Nova, Joaquim de Souza Reis, César Augusto Praga Rodrigues, Euclides Figueiredo, Mario Clementino de Carvalho, Francisco de Paula Cidade, Brasílio Taborda e Mário Clementino de Carvalho. Os redatores principais eram os tenentes Bertholdo Klinger, Joaquim de Souza Reis

---

<sup>1</sup> Centro de Documentação da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC, Arquivo Oswaldo Aranha AO cp 1934.01.29/2. O documento GV cp 34.01.18/2 completa este.

<sup>2</sup> **Relatório Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo General de Divisão Góes Monteiro.** Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior, 1935. p. 22. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/guerra.html>.

<sup>3</sup> A denominação “Jovens Turcos” é em referência aos oficiais da Turquia de Mustafá Kemal que tentaram, a partir de 1908, a modernização e a regeneração do país e do atrasado exército turco. Além disso, o movimento é derivado da junção da jovem oficialidade brasileira que retorna da Alemanha, em 1913, com a “Missão Nativa”, oficiais que tentaram movimentos reformistas sem, no entanto, sair do país.

e Estevão Leitão de Carvalho. Do seu corpo primordial de fundadores, apenas poucos elementos não haviam estagiado no estrangeiro durante o governo de Hermes da Fonseca. Os artigos, em geral, eram traduções das técnicas aprendidas junto ao Exército alemão durante o estágio dos principais redatores. Além disso, os redatores da revista possuíam um projeto de nação que os influenciaria a seguir pelos caminhos da política. Como indica já em seu primeiro editorial “*o Exército, única força verdadeiramente organizada no seio de uma tumultuosa massa efervescente, vai, às vezes, um pouco além de seus deveres profissionais para tornar-se, em dados momentos, um fator de transformação política ou de estabilização social*”.<sup>4</sup> Pelas próximas duas décadas a reivindicação dos “Jovens Turcos” será acatada e terá um dos seus pontos culminantes na aliança entre os Tenentes de 24 e os Revolucionários de 30.

Durante a década de 1930 a revista abrange cerca de mil militares, entre sócios e assinantes e sua tiragem mensal alcança a média de 1200 exemplares.<sup>5</sup> Diversos militares influentes como Pedro Aurélio de Góes Monteiro, Tristão de Alencar Araripe, *Pantaleão da Silva Pessoa*, *J. B. Magalhães* e Humberto Castello Branco participaram da editoração da revista durante o período aqui abordado. Em maio de 1935 na revista *A Defesa Nacional*. Escrito pelo então Capitão A. F. Correia Lima o artigo discorre sobre a relação dos governos democrático-liberais com as questões sociais. Chega à conclusão de que “*Nas liberais-democracias cuida-se somente de eleição*” quando as plataformas eleitorais “*tem se limitado a vãs promessas (...) destinadas exclusivamente a arregimentação eleitoral*”.<sup>6</sup>

No mês seguinte, em junho de 1935, o Capitão Olympio Mourão Filho, publicou artigo onde declara abertamente a morte da liberal democracia. Para ele a influência liberal no Brasil havia tido sérias conseqüências: a falta de lideranças interessadas no coletivo, a falência do patriotismo e a falta de energia para lutar pelos problemas do país. Não se pode deixar de levar em conta, neste caso, a filiação de Mourão Filho ao partido Integralista. Mas na medida em que as idéias integralistas foram amplamente influenciadas por Alberto Torres (FAUSTO, 2000: 27), tais considerações ganham relevância no escopo do pensamento militar e a influência das idéias autoritárias. Em fevereiro do mesmo ano, em matéria intitulada “*Forças Armadas, Partidarismo e Política*” o capitão Sérgio Marinho questiona-se se seria necessário um conceito novo de Forças Armadas neste período, já que o papel de simples

---

<sup>4</sup> *A Defesa Nacional*. Ano 1, No 1, Outubro de 1913. Editorial, p. 1

<sup>5</sup> Este dado foi retirado de exemplar de *A Defesa Nacional* de novembro de 1934 em relatório de atividades apresentado por J. B. Magalhães relativo ao ano de 1933.

<sup>6</sup> Revista *A Defesa Nacional*. “Orientação Político Social”, maio de 1935. p. 533

guardião das instituições liberais estava superado.<sup>7</sup> Sua resposta é positiva e indica, em seu artigo, as medidas que o Estado deve tomar a fim de dispor de doutrinas positivas e modernas. Para José Murilo de Carvalho isto identifica uma visão orgânica da nação por parte dos militares ligada ao projeto que se definia pela nacionalização da política – leia-se aqui a ascensão de doutrinas claramente nacionais –, o industrialismo e uma ideologia notadamente não liberal, mas mesmo assim burguesa (CARVALHO, 2005: 100).

Estas concepções partilhadas pelos militares podem se inserir naquilo que Maria Stella Bresciani chama de **lugar-comum**, isto é, “*um fundo compartilhado de idéias, noções, teorias, crenças e preconceitos*” amplamente defendidas e partilhadas entre os anos 1920 e 1930 (BRESCIANI, 2005: 41). Estas idéias provem de um período marcado intensamente pela produção intelectual de cunho autoritário/nacionalista cujo principal expoente é Oliveira Vianna. Crítico sagaz do liberalismo em solo brasileiro, Vianna, através do estudo do passado brasileiro, criticava as elites políticas, o regionalismo e as práticas políticas advindas de uma elite bronca e clientelista. Suas principais idéias, como a utopia de cartas constitucionais, principalmente a de 1891, foram expressas em obra publicada em 1922 intitulada “*O idealismo da Constituição*”. Quando se torna um dos ideólogos do regime autoritário imposto pelo golpe do Estado Novo, Oliveira Vianna era um reconhecido intelectual na sociedade brasileira.

Para Viana a solução do problema brasileiro era uma só: “*segurar com mãos fortes as rédeas da direção política do país. Seria este o único caminho ‘realístico’ e eficaz para assegurar a unidade e a soberania nacionais*” (BRESCIANI, 2005: 296). Este projeto, de cunho autoritário, não demandava trazer soluções externas para o país. Era necessário criar um projeto político próprio que se adaptasse a realidade nacional. Dizia Viana das inadequações da política liberal e, conseqüentemente, das constituições elaboradas sob esta política. Para o Brasil, tanto as instituições democráticas quanto a política liberal eram utopias que só agravavam ainda mais o problema nacional. Bresciani lembra que durante os anos de 1920-1930 vários intelectuais pensaram a formação do Brasil e muitos partilhavam desta idéia – a inadequabilidade da doutrina liberal no Brasil – e cita como exemplo Sergio Buarque de Holanda. O exemplo não podia ser mais interessante: Holanda foi crítico ferrenho de Oliveira Vianna após a queda do Estado Novo. O exemplo sustenta a idéia de **lugar-comum**, isto é, argumentos e opiniões no pensamento crítico compartilhados por vários intelectuais e também por setores da sociedade brasileira.

---

<sup>7</sup> Revista **A Defesa Nacional**. “Rumos do Estado Moderno”, junho de 1935 p. 629

Viana, e outros intelectuais do período, viam como responsáveis pela mudança tanto os intelectuais quanto a elite política que deveria se adequar aos novos tempos. Embora não tenha teorizado sobre o papel dos militares em seus escritos, estes se encarregaram de explicitá-lo. Os militares não teorizaram sobre os males do Brasil, mas pelos textos publicados em “*A Defesa Nacional*” compartilhavam das idéias dos intelectuais autoritários, configurando-se o **lugar-comum**. Góes Monteiro tem muitas afinidades em seu pensamento com Oliveira Viana, mesmo discordando em alguns pontos. Ele insistiu, desde sua ascensão militar ao lado dos revolucionários, na idéia de que o Exército constituía uma elite capaz de, ao lado do Estado, resolver os problemas do país. O pensamento de Góes fica claramente exposto tanto no ensaio encaminhado a Vargas em janeiro de 1934 quanto no relatório do Ministério da Guerra relativo ao ano de 1934. Apesar de não concordar com alguns pontos do pensamento de Viana – como a questão das raças a qual Góes tece pesadas críticas – aceita a tese de falência do liberalismo e das instituições democráticas bem como a falta de uma elite organizada que está “*presa a teorias do século passado, demagoga e prenhe de um espírito jurídico incompatível com o fato brasileiro*” (CPDOC/FGV OA cp 1934.01.29/2).

José Murilo de Carvalho divide em três as concepções vigentes entre a oficialidade durante a década de 1930: a primeira delas, ligada aos ensinamentos da Missão Francesa de Instrução que acreditava que o Exército deveria se dedicar única e exclusivamente a defesa externa; esta concepção estava ligada diretamente com os regimes liberais; a segunda acredita claramente na intervenção do Exército na política a fim de aumentar o poder da instituição bem como do Estado; e uma terceira concepção ligada a emergência da doutrina comunista nos quartéis e que após o Levante de 1935 será expurgada. Para Carvalho, o modelo intervencionista foi implementado aos poucos até chegar ao seu auge com o golpe de 1937. Nesse sentido, explica Carvalho, seus elementos constitutivos estavam ligados ao fortalecimento do Estado, a necessidade de uma política nacional e a necessidade de elites treinadas para dirigir o Estado. Fica claro, portanto que “*Esses três primeiros pontos podem resumir-se na idéia muito difundida na época, de falência do liberalismo como filosofia política e como instrumento de governo*” (CARVALHO, 2005: 108).

Quando do Golpe do Estado Novo em 1937, o General Dutra lança um manifesto intitulado “Proclamação ao Exército”. Neste documento de três páginas são encontradas as idéias já expressas antes por outros militares: Dutra acusa os defeitos e lacunas da Constituição de 1934 que “*inspirado[a] em princípios que colidem com a agitação mundial a que não podemos fugir*” é posta de lado em favor de uma carta mais adequada ao “*regime democrático, melhor aparelhado[a] para a continuidade federativa*” (CPDOC/FGV ED vp

1936.01.07). Dutra salienta ainda o caráter democrático do regime em várias passagens do manifesto. Este ponto será melhor elucidado quando Oliveira Viana vier a lançar, em 1938, a segunda edição de “O Idealismo da Constituição” com adendos elogiosos ao golpe de 1937 e com a exposição de seus argumentos em favor da real democracia instituída com o Estado Novo.

O Major Correia Lima – antes capitão Correia Lima – torna-se redator da seção de Estudos Sociais da revista *A Defesa Nacional* em 1938 e considera que “*O Estado Liberal (...) também não subsistirá por muito tempo, nos países que ainda o adotam, porque entrega uma nação aos caprichos heterogêneos e inarmônicos de assembleias legislativas, cujos membros não se compreendem e até se combatem*”. Para Correia Lima o Brasil havia trilhado pelo caminho certo ao instalar um regime forte, capaz de condizer com os desígnios nacionais sendo este “*um ato político, indispensável e esperado, [que] veio para a salvação nacional, com a atual carta magna, partindo a iniciativa do próprio governo como cabia de ser*”.<sup>8</sup>

Em 1938, em nota oficial, os editores de *A Defesa Nacional* acreditam que “*tudo o que se tentou fazer em nossa terra em benefício da defesa nacional, desfez-se ou desfazia-se ante o acervo enorme de obstáculos opostos por um regime político incapaz do mais elementar gesto de sadio patriotismo*”.<sup>9</sup> A frase deixa claro que o regime antes liberal foi incapaz de fomentar o sentimento de amor à pátria bem como de resolver os problemas ligados a defesa nacional. Assim, as Forças Armadas saúdam o Estado Novo não só como guardião da democracia e da pátria, mas também como regime forte e capaz de organizar as Forças Armadas, arauto do civismo e do patriotismo.

O discurso de Viana também indicava que o Brasil deveria se defender das ameaças a que estava submetido. De acordo com Bresciani esta ameaça poderia ser “*interna de desagregação estimulada pelas idéias, doutrinas e instituições importadas, e ameaça externa propiciada pela fragilidade do país frente à força expansionista e integradora das grandes potências*” (BRESCIANI, 2005:234). De fato, o conturbado momento político da década de 1930 indicava a necessidade de fortalecimento: as doutrinas e instituições importadas a que se refere Viana se materializavam, principalmente, no socialismo e no bolchevismo, ameaças comuns também à instituição militar.

O Exército que sai da Revolução de 1930 é uma instituição em frangalhos: dividida em setores, sem uma liderança coesa e com sérios problemas hierárquicos e que esteve a beira da desagregação completa. Em 1931 era visto como séria ameaça ao país devido ao seu estado de

---

<sup>8</sup> Revista A Defesa Nacional. **O Exército em face do Estado Novo**, setembro de 1938 p. 385

<sup>9</sup> Revista A Defesa Nacional. **As palavras do Presidente da Republica, janeiro de 1938**. p. 18

anarquia por alguns políticos, entre eles Oswaldo Aranha: ele não só não confiava no Exército como acreditava que este poderia dar um golpe militar nos primeiros meses após a revolução (CARVALHO, 2005: 98). Entre 1932 e 1935 uma série de rebeliões ocorre no seio da instituição, culminando com o levante de 1935. É sintomático, portanto, que o recurso ao autoritarismo como saída aos problemas brasileiros oferecesse também uma solução ao problema militar da coesão e da organização interna das Forças Armadas. Além disso, com o projeto interventor comandado pelos militares vencedores pós-1930, sobretudo Góes Monteiro, as idéias pregadas pelos pensadores autoritários caíram como uma luva – dadas as questões internas do país bem como o cenário internacional. Através dos inúmeros artigos publicados na revista *A Defesa Nacional* fica claro que os militares compartilhavam da ideologia autoritária configurando-se o **lugar-comum** do pensamento crítico brasileiro.

## **BIBLIOGRAFIA**

AMARAL, Azevedo. **O Estado Autoritário**. José Olympio, 1938.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **O Charme da Ciência e a sedução da objetividade**. UNESP: São Paulo, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FAUSTO, Boris. **O pensamento nacionalista autoritário**. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 2000.

VIANA, Francisco de Oliveira. **O Idealismo da Constituição**. 2. ed. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1939.

\_\_\_\_\_. **Evolução do povo brasileiro**. Monteiro Lobato e Editores, 1933.

**Relatório Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo General de Divisão Góes Monteiro**. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior, 1935

Revista **A Defesa Nacional**

Centro de Documentação da Fundação Getulio Vargas – CPDOC, Arquivo Oswaldo Aranha.